

Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedômio da Silva

OAB/PI Nº 12.813

PROCURAÇÃO AD JUDITIA

OUTORGANTE: <u>Adelton de Brito Fortado</u>		
Nacionalidade: <u>Brasileira</u>	Estado Civil: <u>Solteiro</u>	Profissão: <u>Autônomo</u>
RG nº: <u>3.174.524-SSP/PI</u>	CPF/MF nº: <u>053.608.303-79</u>	
Endereço: <u>Rua Dinor Carvalho, nº 5193, bairro: Vale Quem Tem, Cidade de Teresina - PI, CEP: 64059-070</u>		

OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)

RG nº: 2.684.877 - SSI/PI RG nº: 1.457.994-SSP/PI

CPF/MF nº: 023.365.16 - 22

CPF/MF nº: 703.754.703-44

Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito OAB/PI Nº 12.813.

Endereço Profissional Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI (CEP: 64019-330).

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor Ação de Cobrança de Indenização de Seguro DPVAT por Invalidez Permanente Advindos por Acidente de Trânsito

Teresina - PI, 07 de Janeiro de 2019.

Adelton de Brito Fortado

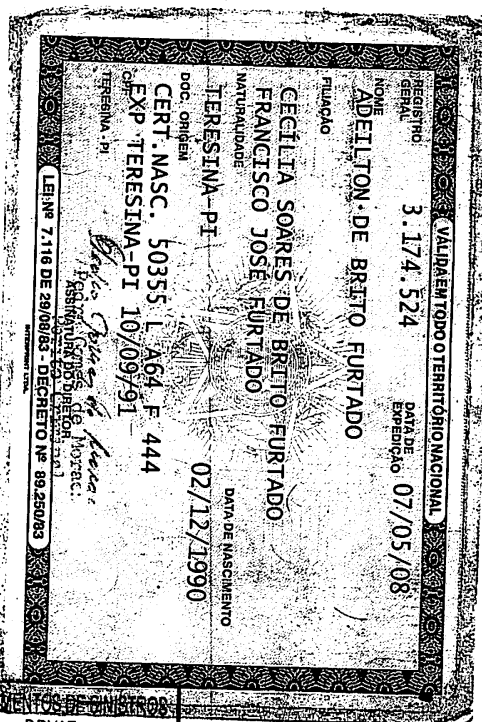
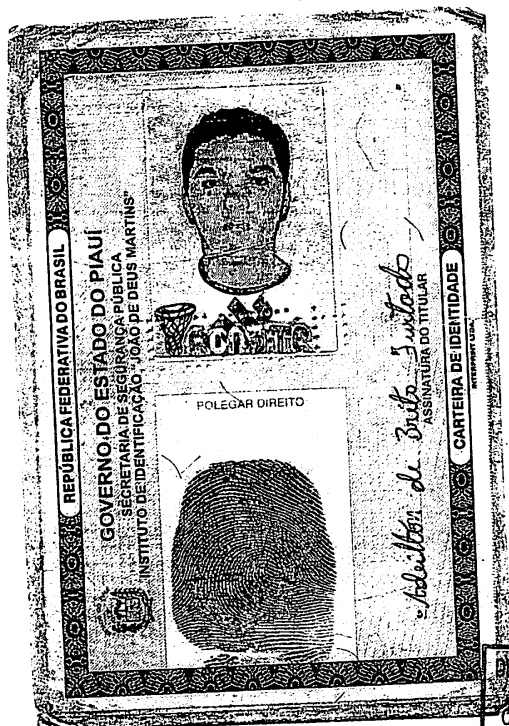
-Outorgante-

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

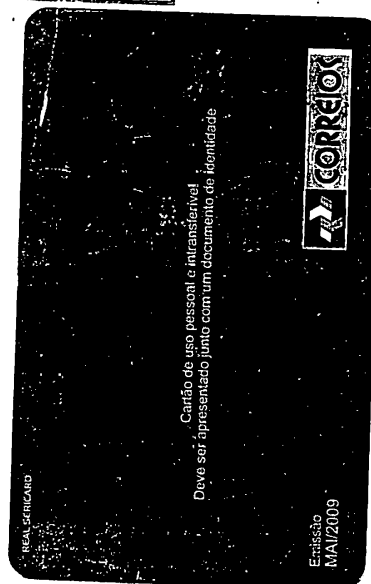
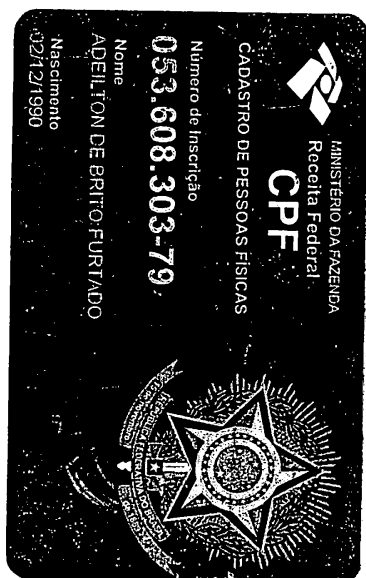
Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





DEPARTAMENTO DE CENSOGRÁFICO
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
28 AGO 2018
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho da Resende, 465 Loja C
Centro-Norte CEP: 64.002-470
Teresina-PI



COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Ins. Estadual: 19.301.383-5
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 06/98

Nº da Nota Fiscal 007437785

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (KWH)	TOTAL A PAGAR (R\$)
JUNHO/2018	10/07/2018	148	133,98

CECILIA SOARES DE BRITO
R. BIANOR CARVALHO 5193 VALE QUEM TEM
CPF: 00002380683310
CEP: 64.059-070 - TERESINA

ROT: 15.001.59.32.233800

DADOS DA LEITURA	KWh	DADOS DA LEITURA
Atual:	7772	Atual:
Anterior:	7624	Anterior:
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:
Consumo Medido:	148	Emissão:
Consumo Faturado:	148 FCAM	Apresentação:

CLASSO DE SERVIÇO	ADADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA
NORMAL	

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	41543130		1.1.1	157

HISTÓRICO KWh	DESCRIÇÃO DA CONTA
Mês/ano consumo	
MAI/18 118	CONSUMO 148 A R\$ 0,805988 = 119,28
ABR/18 166	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) 10,50
MAR/18 141	CORRECAO MONETARIA IG 04/18-00 0,55
FEV/18 167	MULTA POR ATRASO 04/18-00 2,67
JAN/18 198	JUROS DE MORA DE IMPO 04/18-00 0,98
DEZ/17 229	ADICIONAL BANDEIRA ANARELA - 0,45
NOV/17 183	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA - 5,09
OUT/17 128	
SET/17 117	
AGO/17 139	
TARIFA SEM TRIBUTOS:	
8 A 148 - 0,591676	

Mês/ano	Valor R\$	Unidade consumidora submetida suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir de 02/07/2018. O restabelecimento de atendimento será realizado após o pagamento do valor devido pelo consumidor. Caso tenha efetuado o pagamento, favor, desconsiderar este aviso.
05/2018	101,97	
LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA O PAGO DO VENCIMENTO 15/10/15-20/25		

RESERVADO AO FISCO 1E8C.6BE8.023F.793D.1732.F175.3B74.F929

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$	IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$
Distribuição:	Base de Cálculo:
Energia:	Aliquota ICMS:
Transmissão:	Valor do ICMS:
Encargos:	Valor do PIS:
Tributos:	Valor do COFINS:

INDICADORES DE CONTINUIDADE										
Município	DIG			UC			DMC		DCRI	
	Atividade	Planejamento	Execução	Atividade	Planejamento	Execução	Atividade	Planejamento	Atividade	Planejamento
TERESINA-SATELITE	5,31	10,63	21,25	3,36	6,73	13,45	3,03			
	0,00			0,00			0,00			
TERESINA-SATELITE							04/2018		48,4	

ROT: 15.001.59.32.233800



DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

28 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro-Norte CEP: 64.002-470
Teresina-PI

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

<u>Adeilton de Brito Furtado</u> Brasileiro (a) <u>Solteiro</u> <u>Autônomo</u>	
RG nº: <u>3.374.524-SSP/PI</u>	CPF/MF nº: <u>053.608.303-79</u>
Endereço: <u>Rua Bionni Corvalho, nº 5193, bairro: Vale Aquem Tem,</u> <u>Cidade de Teresina - PI, CEP: 64059-070</u>	
DECLARA para os fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO , sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <u>998,00 (novecentos e noventa e oito reais)</u> e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexada a esta presente declaração.	

Teresina-PI, 07 de Janeiro de 2019.

Adeilton de Brito Furtado
 (CPF 053.608.303-79)



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/11/2018 - Autoatendimento - 18:38:49
839773409 0536

EXTRATO DE POUPANCA PARA SIMPLES CONFERENCIA
EXTRATO DE POUPANCA OURO/POUPEX

AGENCIA: 3506-8
CONTA: 31.059-X
VARIACAO: 51
CLIENTE: ADEILTON DE BRITO FURTADO

DATA	DT.BS	HISTORICO	VALOR
-----Outubro/2018-----			
1710		Saldo ant.	36,82 C
1910	21	JUROS	0,02 C
2410	25	JUROS	0,09 C
2610	28	JUROS	0,03 C
-----Novembro/2018-----			
1611	16	Recebimentos Di	1,687,50 C
DISPONÍVEL			1,724,46 C
VLR. BLOQUEADO			0,00 D
SALDO TOTAL			1,724,46 C

SALDO POR DATA BASE

16	1,687,50 C
21	5,04 C
25	25,00 C
28	6,92 C

MENSAGENS DIVERSAS

SELIC igual/menor que 8,5% A.A.: TR+70% DA SELIC
SELIC maior que 8,5% A.A.: TR+0,5% A.M.

Leia no verso como conservar este documento,
as informações.



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/11/2018 - Autoatendimento - 18:37:40
839773409 0533

EXTRATO DE POUPANCA PARA SIMPLES CONFERENCIA
EXTRATO DE POUPANCA OURO/POUPEX

AGENCIA: 3506-8
CONTA: 31.059-X
VARIACAO: 51
CLIENTE: ADEILTON DE BRITO FURTADO

DATA	DT.BS	HISTORICO	VALOR
-----Outubro/2018-----			
3110		Saldo ant.	36,96 C
-----Novembro/2018-----			
1611	16	Recebimentos Di	1,687,50 C

DISPONIVEL			1,724,46 C
VLR. BLOQUEADO			0,00 D
SALDO TOTAL			1,724,46 C

SALDO POR DATA BASE

16	1,687,50 C
21	5,04 C
25	25,00 C
28	6,92 C

MENSAGENS DIVERSAS

SELIC igual/menor que 8,5% A.A.: TR+70% DA SELIC
SELIC maior que 8,5% A.A.: TR+0,5% A.M.

Leia no verso como conservar este documento,
as informações.





ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

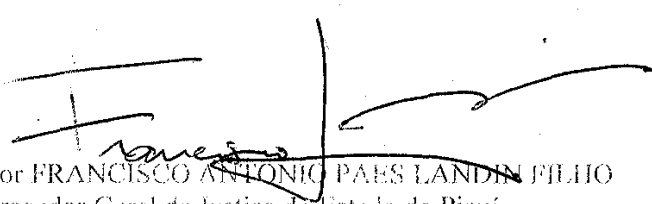
Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.

Senhores(as) Juizes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juizes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,


Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.
Assunto...: ENCAMINHAMENTO
Título...: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDDENHAÇÃO/CNJ.
Destino...: SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

De ordem,
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Antônio Paes Landim Filho
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico
CEP 64000-830
Teresina-PI

Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público¹ e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

Data vênia, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da

¹ A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800





Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.

2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.

3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA



PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

CLASSE: Pedido de Providências

REQUERENTE: EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

RÉU:

CERTIDÃO

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

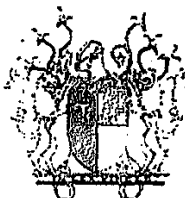
CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA

REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ

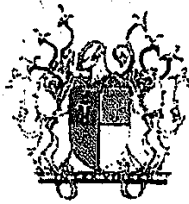
PARECER

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação



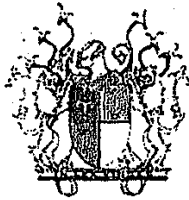


**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii*) em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv*) nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v*) a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi*) tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii*) a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix*) em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

In casu, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

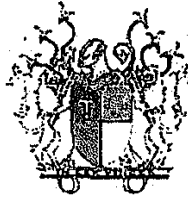
**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

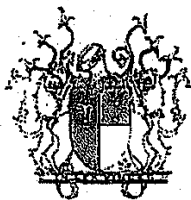
II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

"DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99."

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

verbis:

PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

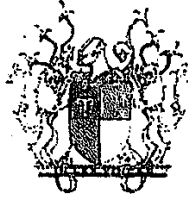
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar
concorrentemente sobre:
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Agora o ~~proposto~~
Parecer, de Conselho
Técnico de Engenharia
Civil de Minas G.^{is}, para
atendimento - que se to
matéria, para ~~os~~
os fins de direito.



C.O.B

CLÍNICA ORTOPÉDICA BUENOS AIRES

Clínica Ortopédica Buenos Aires

Rua Castelo do Piauí, 3292 - Bairro Buenos Aires

Fones: (86) 3214-1600 / 3214-1314 - CEP 64.009-330 - Teresina-Piauí

E-mail: clinicacob@hotmail.com

Sr(a). ADEILTON DE BRITO FURTADO

ACIDENTE DE TRANSITO DIA 10/11/2017

BO= 100203.002061/2018-07

HD FRATURA DE CLAVICULA D
FEITO OSTEOSSINTESE EM FRATURA
DA CLAVICULA D

EF DOR + LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM OMBRO D
AB 90 GRAUS, AD DE 30 GRAUS

RX OMBRO D FRAT DE CLAVICULA D
COM SINTESE

RELATORIO DE ALTA MEDICA DEFINITIVA
COM PERDA DE 50 % EM MSD

Teresina 14 de Novembro de 2018

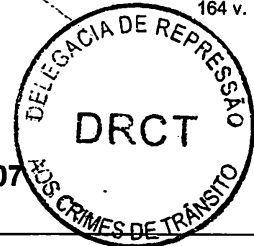
Dr. Edmar S. L. Junior
Ortopedia / Traumatologia
CRM-PI 2213 / CRM-MG 3290

Dr. Edmar de S Lima Junior
Ortopedia e Traumatologia
CRM 2313/PI





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



164 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.002061/2018-07

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Cláudio Costa De Sousa

Data/Hora: 20/06/2018 - 09:06

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

AV. ZEQUINHA FREIRE, Nº:

Complemento

Bairro

URUGUAI

Ponto de Referência

FRANGO DE OURO

Data/Hora

10/11/2017 - 14:00

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: ADEILTON DE BRITO FURTADO

RG: 3174524 SSP PI

Mãe: CECILIA SOARES DE BRITO FURTADO

Endereço: RUA BIANOR CARVALHO, Nº 5193

Bairro: VILA BANDEIRANTE I

Cidade: TERESINA

Telefone(s): 86-9432-5852 86-9419-5337

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Notificante

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

28 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho da Rocha, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002-470
Teresina - PI

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

RELATO DA OCORRÊNCIA

RELATA QUE CONDUZIA A MOTO HONDA/CG 125 FAN KS, PLACA NIF-8861-PI, COR PRETA, RENAVAM 195228006, PROP. DE GILVAN VIEIRA DE SOUSA, E QUE TRAFEGAVA PELA VIA CITADA, SENTIDO PL. URUGUAI, QUANDO UM AUTOMÓVEL DE PLACA NÃO IDENTIFICADA, INVADIU A PREFERENCIAL, PROVOCANDO A COLISÃO. FOI SOCORRIDO PELO SAMU E LEVADO PARA O HUT. (PRONT. 459338). DEPOIS TRANSFERIDO PARA O HPM. (PRONT. 309576). DECLARAÇÕES DO NOTICIANTE.

Cláudio Costa De Sousa - Mat. 1085166
AGENTE DE POLÍCIA

Adeilton de Brito Furtado
ADEILTON DE BRITO FURTADO - Notificante
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia





Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, **GILVAN VIEIRA DE SOUSA**, RG nº 2228/765 SSP-PI, data de expedição, 12/12/2019, portador do CPF nº 030.264.413-09, com domicílio na cidade de Teresina, Rua 14 nº 3237 Bairro Villa Bandeirante I, CEP 64059-345 no Estado do Piauí, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima, cujo o condutor era **ADEILTON DE BRITO FURTADO**, RG 3.174.524 SSP-PI e CPF nº 053.608.303-79.

Veículo: **MOTO**

Modelo: **HONDA/CG FAN 125 FAN KS**

Ano: 2010/2010

Placa: NIF 8861

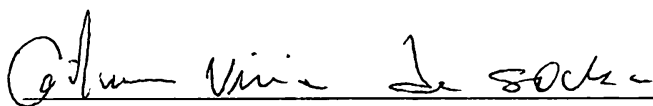
Chassi: 9C2JC4110AR585257

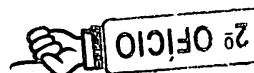
Data do Acidente: 10/11/2017

Local do Acidente: AV. ZEQUINHA FREIRE

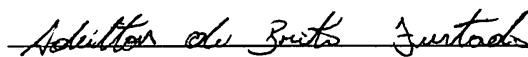


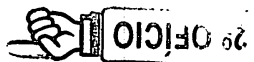
Teresina, 15 de Junho de 2018



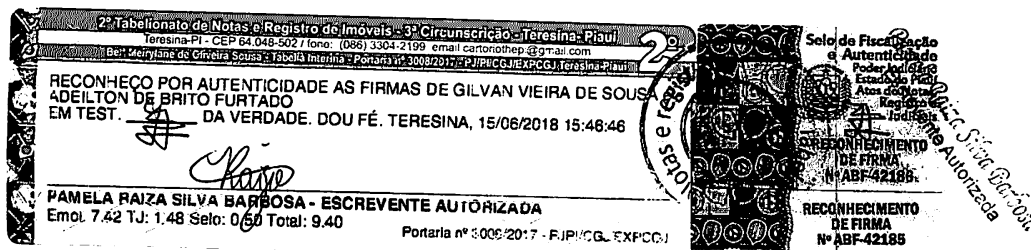


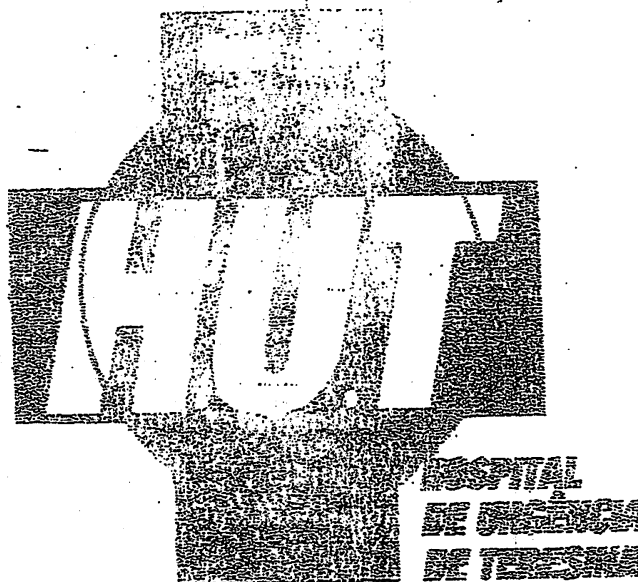
GILVAN VIEIRA DE SOUSA CPF nº 030.264.413-09





ADEILTON DE BRITO FURTADO CPF nº 053.608.303-79





DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

28 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002-470
Teresina-PI

NOME DO PACIENTE:

JOELTON DE BRUNO FURTADO

NÚMERO DO PRONTUÁRIO:

459588

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DO PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
A QUALQUER TEMPO".



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

28 AGO 2018

ORTOPEDIA

SUS SUS

CENTE DE PROCEDIMIENTOS S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro-Norte CEP: 64.002-470
Teresina-PI

Emp: 10/11/2017 15:08:45

(USER: HERBERT ALENCAR)
(ESTAB: RECH/CAOPAD1)

BOLETIM DE ENTRADA - BE**DADOS DO PACIENTE:**

Nome: ADEILTON DE BRITO FURTADO		Prontuário: 459338
Mãe: CECILIA SOARES DE BRITO FURTADO		Pai: FRANCISCO JOSE FURTADO
End.Resid.: RUA BIANOU CARVALHO N5193 - VILA BANDEIRANTE - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento: 02/12/1990	Idade: 26a:11m:8d	Sexo: Masculino Fone: 86-99478-1769
Responsável: O MESMO		CNS: 898003415210083
Profissão: ENTREGADOR DE PIZZ		CPF: - * RG: 3174524 - SSP PI
G. Instrução: Não informado		E.Civil: Ignorado
End.Local.: - - -		

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 636500	Data: 10/11/2017 15:04:10	Condução: AMBULÂNCIA DO SAMU
Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)		Convênio: S U S
Id.Trab.: Não	Trajetos?: Não	Típico: Não
CID Secundário: V299		

DADOS CLÍNICOS:

Paciente vítima acidente motociclístico (carro x moto), estava na moto, usava capacete, não alcoolizado, sem relato de perda de consciência ou vômitos no local. EF: A: Vias aéreas patentes, com coloração normal e promontório rígido; B: MM presentes bilateralmente, em RT; C: 4x mediotorniquetes estáveis; PA: 130 x 100 mmHg; B: Glasgow 15, pupilas isocóricas, fotoreagentes; C: Exorticações em dorso e ombro, aparente fratura em fêmur direita. Abdomen inocente.

PA 130 x 100 mmHg	Pulso: 88 bpm	Temp.: 36,5°C
Diagnóstico Inicial: Fratura de clavícula D		CID: S50.20

CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

- Dipirona 500mg - 1amp + AD, EV agora - 15:30
- Tilatil 400mg - 1amp + AD, EV agora - 15:30
- Rax X } ombro D e fêmur D
 } tórax
 } pelvis

ALTA: () Melhorado () Curado () Inalterado () Pedido DATA: 10/11/2017 Técnico: [assinatura] DESTINO: () Até 24 HS () De 24 a 48 HS () Após 48 HS	REALIZADO: () Administrativa () Por Indisciplina () Encaminhado para () Encaminhado para DATA SAÍDA: 10/11/2017 HORA: 15:30 PROCED. SOLICITADO: 0608012150 CID Compatível: S50.20 Interação:	() Retornar à Unid. Origem: () Transferência: DATA SAÍDA: 10/11/2017 HORA: 15:30 PROCED. SOLICITADO: 0608012150 CID Compatível: S50.20 Interação:
		() Retornar à Unid. Origem: () Transferência: DATA SAÍDA: 10/11/2017 HORA: 15:30 PROCED. SOLICITADO: 0608012150 CID Compatível: S50.20 Interação:

Assinatura Paciente ou Responsável

Carimbo - Assinatura - Profissional - BE





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA-PI:
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Imp: 10/11/2017 15:08:45
(HERBERT ALENCAR)

FICHA DE PARECER PROFISSIONAL

DADOS DO PACIENTE:

DADOS DO PACIENTE:		Prontuário:	459338
Nome: ADEILTON DE BRITO FURTADO			
Mãe: CECILIA SOARES DE BRITO FURTADO		Pai: FRANCISCO JOSE FURTADO	
End.Resid.: RUA BIANOU CARVALHO N5193 - VILA BANDEIRANTE - TERESINA - PI - CEP: 64000-010			
Nascimento: 02/12/1990	Idade: 26a:11m:8d	Sexo: Masculino	Fone: 86-99478-1769
Responsável: O MESMO		CNS: 898003415210083	
Profissão: ENTREGADO DE PIZZ		Documento: CPF: . . . -	
G. Instrução: Não informado		E.Civil: Ignorado	
End.Local.: - - -			

DADOS DO ATENDIMENTO:

DADOS DO ATENDIMENTO:			
<u>Código:</u> 636500	<u>Data:</u> 10/11/2017 15:04:10	<u>Clas. Cor:</u> Indefinido	
<u>Motivo da Procura:</u> ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC			<u>Convênio:</u> S U S

DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):

DADOS DA SOLICITAÇÃO (17)	
Data/Hora Solicitação: __/__/____ :__	ESPECIALISTA:
MOTIVO DA SOLCITAÇÃO:	
DADOS DO PARECER: Data/Hora: __/__/____ :__	

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS

DPVAT

CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

28 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.

Rua Coelho de Resende, 465 Loja G

Centro - Jd. CEP: 64.012-470

Teresina-PI

Carimbo/Assinatura Prof. Parecer

DADOS DA SOLICITAÇÃO (2):

Data/Hora Solicitação: ____/____/____ ____:____ **ESPECIALISTA:** _____

MOTIVO DA SOLCITAÇÃO: _____

Carimbo/Assinatura Solicitante

DADOS DO PARECER: **Data/Hora:** ____/____/____ ____:____

Carimbo/Assinatura Prof. Parecer



...and the
... ..
... ..





Fundação Municipal de Saúde

NOME DO PACIENTE	FRONTUÁRIO	D. NASCIMENTO	CLÍNICA	ENF. ou APT.	LEITO
Adilton de Brito Junior	459338	02.10.1990			
DIAGNÓSTICA ATUAL E COMORBIDADES					
<p>Dr. Clavio D. (262)</p> <p>DATA: 11/11/17 HORA: 17:00</p> <p>Visto Nutricionista Adhiana Maria CRN/PI 6320</p>					
OBSERVAÇÕES					
1. D. de 12	H	PA	T	P	R
2. D. de 18	H	PA	T	P	R
3. D. de 24	H	PA	T	P	R
4. D. de 06	H	PA	T	P	R

DEPARTAMENTOS DI
 DPVAT
 CONTEÚDO NÃO VE

 28 AGO 20
 GENTE SEGURADO
 Rua Coelho de Resende, 4
 Centro-Norte CEP 64.1
 Teresina-PI

José Ferreira Ne
 08.08.89/1.31.000
 Dr. Le
 ORTODONTIA TRAUMATO
 CRM-PI 24681-TEC

Cir. Amara
 Dr.

MÉDICO/CRM:

Mod: 007

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 12/01/2019 14:44:59

<https://tpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19011214445949700000003906419>

Número do documento: 19011214445949700000003906419

Num. 4053341 - Pág. 6



**PRESCRIÇÃO
MÉDICA**

[illegible]

MÉDICO/CRM:

Mod: 007



over

NOME DO PACIENTE	PRONTUÁRIO	D. NASCIMENTO	CLÍNICA	ENF. ou APT.	LEITO
Adel de Bul Tuls					
DIAGNÓSTICO ATUAL E COMORBIDADES			MÉDICO ASSISTENTE/ ESPECIALIDADE		
ALERGIAS			OBSERVAÇÕES		
DATA: 11/11/77 HORA: 17:00 Prescrição Médica 1 - Dieta geral 2 - SF 0.9% 500ml EV de 12/12h 3 - Dipirona 01 amp + ADEV 6/6h 4 - Tenoxicam 20mg + ADEV 12/12h 5 - Ranitidina 50mg + ADEV 8/8h 6 - Plasil 01 amp + ADEV 8/8h 7 - CCGG + SSVV			17:00 - Paciente admitido no posto de emergência de acidente motociclístico. Segue consciente, orientado, porém, expulso. Divulgar de dar em ombro. Mega ultrajou ao conselheiro.		

MÉDICO/CRM:

Mod: 007

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
28 AGO 2018
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro-Norte CEP: 64.002-470
Teresina-Pi


[illegible]

MÉDICO/CRM:

Mod: 007



SUMÁRIO DE ALTA

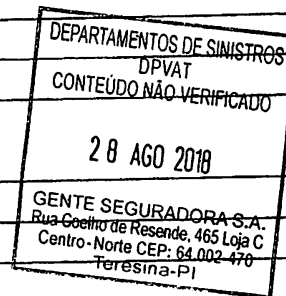
 HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872 TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02	Prontuario: 459338
	Internação: 201969

Nome: ADEILTON DE BRITO FURTADO				
End. Resid.: RUA BIANOU CARVALHO N5193 - VILA BANDEIRANTE				
Cidade: TERESINA - PI		CEP: 64000-010		
Sexo: Masculino	Nascimento: 02/12/1990	Idade: 26a:11m:8d	Estado Civil: Ignorado	Profissão: ENTREGADO DE PIZZ
Internação		Alta		Permanência
Data 10/11/2017	Hora 16:45	Data 17/11/17	Hora 10h	

Diagnósticos:	Cod.CID:
CID Principal:	
CID Secundário:	
CID Causa Morte:	

SITUAÇÃO NA ADMISSÃO (condições clínicas + resultados de exames importantes):

EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO NA ALTA:



MEDICAÇÕES:

CIRURGIA: Data: ____/____/____ Tipo: _____

PLANEJAMENTO PÓS ALTA OU MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA:

Tipo de Alta: () Curado () Melhorado () Pedido () Evasão () Administração () Óbito () Transferência outro serviço () Outro motivo

TRANSFERÊNCIA:

Vaga cedida por: _____ Transporte: _____

Nome: _____

Ass. Médico Assistente/Auxiliar/Residente







No. da Autorização de Internação Hospitalar (AIAH)

MP OK

22669

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	2-CNES 5828856	Código da Internação: 201969
3-Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	4-CNES 5828856	

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: ADEILTON DE BRITO FURTADO	6 - Prontuário: 459338
7-CNPJ: 898003415210083	8-Nascimento: 02/12/1990
9-Sexo: Masculino	RG: 3174524 - SSP PI
11-Mãe: CECILIA SOARES DE BRITO FURTADO	12-Fone: 86-99478-1769
13-Respi: (O MESMO)	14-Cor: Sem Informação
15-Endereço: RUA BIANQU CARVALHO N5193 - VILA BANDEIRANTE - CEP: 64000-010	
16-Município: TERESINA	17-Cod.IBGE: 221100
	18-UF: PI
	19-CEP: 64000-010

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20- Principais sinais e sintomas clínicos: PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE MOTOCICLETA, APRESENTANDO DOR + DEFORMIDADE EM OMBRO DIREITO, NECESSITANDO DE AVALIAÇÃO ORTOPÉDICA.
21- Condições que justificam a internação: ACIMA.
22- Principais resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados): EXAME CLÍNICO, RAO X, AVALIAÇÃO ORTOPÉDICA.
23- Diagnóstico Inicial: Ferimento do membro superior, nível não especificado
24-CID Prim.: T111
25-CID Sec.:
26-CID Terc.:

PROCEDIMENTO SOLICITADO

27- Procedimento Solicitado: TRATAMENTO DE TRAUMATISMOS DE LOCALIZAÇÃO ESPECIFICADA / NÃO ESPECIFICADA		
28- Clínica: 0308010019	30- Caráter: Ident.: 02 01	31- Docum.: CPF 888.624.703-63
3- Nome Profissional Solicitante/Assistente: FABIO MARCOS DE SOUSA	34- Data Solicitação: 10/11/2017	35- Ass. Carimbo Med. Sci. (CRM)

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36- Acidente de Trânsito	39- CNPJ Seguradora:	40- No. Bilhete:
37- Acidente Trabalho Típico	42- CNPJ Empresa:	43- CNAE Empresa:
38- Acidente Trabalho Trajeto		
44- Vínculo com a Previdência: <input checked="" type="checkbox"/> Empregado <input type="checkbox"/> Empregador <input type="checkbox"/> Autônomo <input type="checkbox"/> Desempregado <input type="checkbox"/> Aposentado		

45- Nome do Profissional Autorizador: Henrique...	46- Data Autorização: 10/11/2017
47- Documento: CRM-PI 740 / CPF: 855.009.313-34	49- Num. Documento:
50- Ass. Carimbo (Rg. Conselho):	

51- Assinatura Paciente ou Responsável: Edilson Raimundo Ribeiro Diretoria de Enfermagem Hospital de Urgência de CORN 13280-R	Usuário: (MARINHALVA) Consulta Local: 636507 Consulta SUS: Impressão: 14/11/2017 09:25:47
--	--

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE
INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR

Nº LAUDO: 27669

AIH: 2217102334821

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT

CNES

5828856

ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT

CNES

5828856

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS

898003415210083

NOME DO PACIENTE

ADEILTON DE BRITO FURTADO

NASCIMENTO

02/12/1990

SEXO

M

PRONTUÁRIO

459338

DOCUMENTO CPF

8694195337

NOME DA MÃE

CECILIA SOARES DE BRITO FURTADO

RESPONSÁVEL

ANA PAULA

CEP

ENDEREÇO - LOGRADOURO

NÚMERO / LOTE

193

BAIRRO

VILA BANDEIRANTE

COMPLEMENTO

MUNICÍPIO

TERESINA

UF

PI

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO COM TRAUMA EM OMBRO DIREITO COM DOR E EDEMA LOCAL

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

FRATURA DE CLAVICULA NECESSITA DE CIRURGIA

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)

RX E EXAME FISICO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

28 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S/A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002-470
Teresina - PI

CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL

T111 - FERIMENTO DO MEMBRO SUPERIOR NÍVEL NÃO ESPECIFICADO

CID 10 SECUNDÁRIO

CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

0308010019 - TRATAMENTO DE TRAUMATISMOS DE LOCALIZAÇÃO ESPECIFICADA NÃO ESPECIFICADA

LEITO/CLÍNICA

ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA

PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO))

CARÁTER

URGENCIA

DATA SOLICITAÇÃO

10/11/2017

WILANILDO LIMA COSTA

CPF: 80461468387

CRM:

DATA ADMISSÃO

10/11/2017 15:04

DATA ALTA

13/11/2017 11:20

MOTIVO ALTA

TRANSFERENCIA PARA OUTRO ESTABELECIMENTO

CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

TIPO ACIDENTE

Acidente de Trânsito

CNPJ SEGURADORA Nº DO BILHETE

SÉRIE

CNPJ DA EMPRESA

CNAE EMPRESA

CBOR NATUREZA DA LESÃO

JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO))

MARCOS GONCALVES NUNES DE MORAES

CPF: 22003010653

CRM:

DATA ANÁLISE: 14/11/2017 15:47:52

NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO DE RISCO

AUDITORIA

CPF

CRM

DATA ANÁLISE

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:



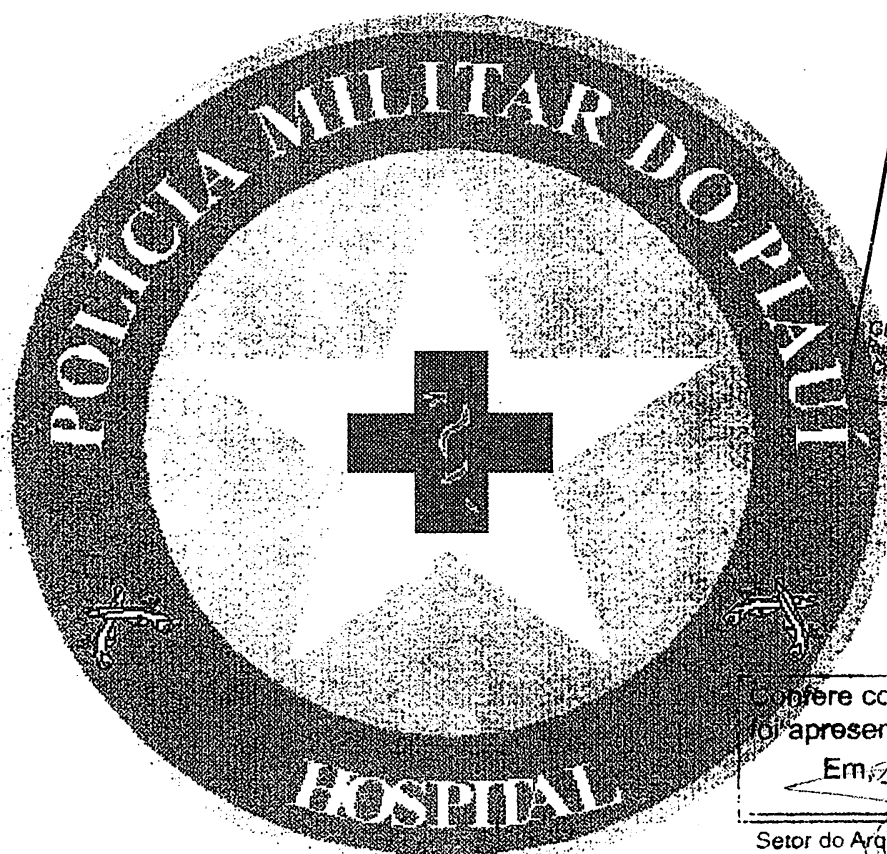
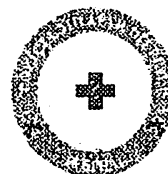


PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE DEFESA CIVIL
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE DEFESA CIVIL





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE
SETOR DE ARQUIVO TÉCNICO



Conferir com o(a) original que
foi apresentado(a) e dou fe.
Em 16/08/18

Setor do Arquivo Técnico
Luiz Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN. PM
Chefe do Arquivo Técnico do HPM-PI
RG: 105198193-2 Mat. 14495-9

NOME DO PACIENTE: Adeilton de Brito Furtado

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 30.9576/17

Obs: Não fornecemos 2ª via.

HPM - "Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde."

Piauí
GOVERNO DO
DESENVOLVIMENTO

HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE - HPMP
Av. Higino Cunha, Nº 1642 - Bairro Ilhotas - Teresina-PI
CEP 64.014-220
Fones: (86) 3216-1520/3216 1528

Saúde
Secretaria de Estado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TERESINA COMPROVANTE	
Número do Laudo: 28414 M221100001 Paciente: ADEILTON DE BRITO FURTADO Nascimento: 02/12/1990	Orgão Emissor:
Procedimento: 0408010150 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA CLAVICULA CID: S420 - FRATURA DA CLAVICULA Data da Solicitação: 13/11/2017 14/11/2017 15:15:27	Data da Autorização:
AIH: 2217102374168 Estabelecimento Executante: HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM	
_____ Autorizador	
Operador: Atendimento (Data, Hora): 23/11/2017 20:00:04	



20/02/2018

Comprovante da alta

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TERESINA COMPROVANTE	
Número do Laudo: 28414 M221100001 Paciente: ADEILTON DE BRITO FURTADO Nascimento: 02/12/1990	Orgão Emissor:
Procedimento: 0408010150 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA CLAVICULA CID: S420 - FRATURA DA CLAVICULA Data da Solicitação: 13/11/2017 14/11/2017 15:15:27	Data da Autorização:
AIH.: 2217102374168 Estabelecimento Executante: POLICIA MILITAR DO PIAUI	
_____ Autorizador	
Operador: Atendimento (Data, Hora): 20/02/2018 09:22:12	

Luis Henrique Vasconcelos 1ª TEN. PM
 Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI
 RG: 165198133-2 Mat. 14495-9



[illegible]



HOSPITAL MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DR. CLAU ARCOVERDE



FOLHA DE INTERNAÇÃO			
INTERNOU-SE NO HOSPITAL		FICHA DE PRONTUÁRIO	
SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>		Nome: ALBERTO FORTADO	
IDEM OUTROS HOSPITAIS		Nasc.: 02/12/1990 Sexo: M Convênio: SUS - INTERNACAO	
SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>		Atendimento: 501 Enfermaria: POSTO I ENF 114 LEITO Leito: 114	
CLÍNICA		Pai:	
Médico Assistente		Mãe: CECILIA DOANNE DE BRITO FURTADO	
Permanência		RG: 3174524	
CLÍNICA		Residência:	
		Bairro: SATELITE	
		Cidade: TERESINA	
		Telefone: 86 - 994195337	

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

28 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja 10
Centro - Norte CEP: 64.002-470
Teresina - PI

Histórico Clínico, Registro das Palavras do Doente e Todos os Achados de Exames a Que Foi Submetido.

Don e pedras eue
ouso Jr.

DIAGNÓSTICO		
Provisório:		CID
Principal:	Fratura clavícula Ji	CID J5920
Procedimento:	Osteossíntese clavícula Ji	
Sintomas e Sinais Principais		Causa Médica
		Histo - Patológico:

Luiz Henrique Vasconcelos 1º TEN. PM
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI
RG: 105198133-2 Mat. 14495-9

TRATAMENTO			
Tipo:	Terapêutica Médica	Operação	Eficácia
<input type="checkbox"/> Nenhuma			<input type="checkbox"/> Nenhuma
<input type="checkbox"/> Médico			<input type="checkbox"/> Médico
<input checked="" type="checkbox"/> Cirurgia			<input checked="" type="checkbox"/> Cirurgia
<input type="checkbox"/> Médico Cirúrgico			<input type="checkbox"/> Médico Cirúrgico

DURAÇÃO		
Data/Hora de Internação	Data da Alta	Data da Hospitalização
13/11/2017 11:11:26	13/11/2017	13/11/2017

ALTA		
Saída	Transferência	Óbito
<input type="checkbox"/> Curado	<input type="checkbox"/> Divisão Médica	<input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas em estado agônico ou pré-agônico
<input type="checkbox"/> Melhorado	<input type="checkbox"/> Por indisciplina	<input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas sem apresentar estado agônico ou pré-agônico
<input type="checkbox"/> Inalterado	<input type="checkbox"/> Evasão	<input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas de internação
<input type="checkbox"/> A Pedido	<input type="checkbox"/> P. Ambulatório	
<input type="checkbox"/> Internação p/ Diagnóstico	<input type="checkbox"/> Fisiologia	
	<input type="checkbox"/> Psiquiatria	
	<input type="checkbox"/> Outros	

THE / /

Assinatura:

Dr. Antônio Lima e Silva
ORTOPEDIA - TRAUMATOLOGIA
CRM 1729 / T20T 5285

"Humanizando e Cuidando Bem da Sua Saúde"

Av. Higienista Cunha, 1642 - Fone: (86) 3216-1256 - Fax: (86) 3216-1520
CEP.: 64014-000 - Teresina - PI. CNPJ. 07.444.159/0002-25 - CMC. 035.372-8







FORMULÁRIO DE TRANSFERÊNCIA

NOME DO HOSPITAL: _____
CONTATO FEITO COM: _____
CONFIRMADO A VAGA: SIM ☒ NÃO ☐

I - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: Adeilton de Jesus Dutra
IDADE: 24 ESTADO CIVIL: _____
ENDEREÇO: _____
RESPONSÁVEL: _____

II - TRANSFERÊNCIA

CLÍNICO ☐ CIRÚRGICO ☒

CONDIÇÕES CLÍNICA DO PACIENTE (LEGÍVEL E DETALHADO):

1. Angor e insucesso
torção do membro
①

EXAMES REALIZADOS:

Prx. membros D

Luiz Henrique Vasconcelos F. 1511 TEP. P.
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI
RG: 105198133-2 Mat. 14495-9

DIAGNÓSTICO:

fx. Pleural de D. / 542.0
0408010150

TRATAMENTO REALIZADO:

Intubação

MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA:

Hora de f. José Francisco

DATA: 13/11/2017

Ass. e carimbo do médico





GOV. DO PIAUÍ
MILITAR DO PIAUÍ
CORPO ARCOVERDE



BOLETTINO

DATA: 16, 11, 1976
Nº DO PRONTUÁRIO 309576 SALA 07
CÓD DA CIRURGIA: 040801051

NOME: ADRIANO DE SOUZA
 PROCEDIMENTO: 15 CLAVICULA
 CIRURGIÃO: GIORGIO AUX: 15
 INSTR.: 15 CIRC.: 15
 P.A. _____ F.I. _____ PESO: _____

Idade _____ Sexo (M) ASA I
 Apt/Enf e Leito: _____
04/01/2017 ANESTESIA: BL00000000
04/01/2017 FIM: _____ SALA: 07
 Contato _____ Creatina _____ Respir. _____

05017744
B111504

0234-2444

REPOSIÇÃO VOLÊMICA

SEQUÊNCIA

MONITORIZAÇÃO

INÍCIO E FIM DA ANESTESIA V.P.A. L P.A. MÉDIA
FREQUÊNCIA CARDÍACA A.P.A. DIASTÓLICA
TEMPERATURA

DIURESE (ml)

Técnica Anestésica:

Comentários Adicionais

[illegible]

☒ ECG
☐ PAM
☒ PANI

☒ Enzyme
☐ Capnograph
☐ PVC

Ge

0508

--	--

Under

hai

iclo

FL

20	21
----	----

100

150

1

Adrenalina	02	Am
Água dest. 10ml		Am
Atropina		Am
Bexlra		Am
Bromoprida		Am
Cefazolin 1g	02	Fr
Cefotafolina		Fr
Ciprofloxacina		Fr
Clonidin		Am
colóide (51	Fr
Dexametazona		Am
Diazepam		Am
Dimorf mg		Am
Dipirona	09	Am

Dolatina	_____	_____
Droperidol	_____	_____
Efortil	_____	_____
Efedrim	_____	_____
Enflurano	_____	_____
Fentanil	_____	_____
Fentanil (S/C)	_____	_____
Halotano	_____	_____
Hidrocortisona	_____	_____
Isoflurano	_____	_____
Jelco n°	_____	_____
Lidocaina	_____	_____
Metaclopramida	_____	_____
Manitol	_____	_____

Reactivantes Utilizados

Midazolol	Fr
Motronidazol	Fr
Neocaina Psa 0,5%	Amp
Nercan	Amp
Novabupi 0,5%	Fr
Nubain	Amp
Neocaina 0,5% v o	Fr
Neocaina 0,5% Isobar	Amp
Neostigmina	Amp
Clonaprazol	Fr
Andasetrona	Amp
Poliso Cel	Fr
Pancurônio	Amp
Profenidol	Fr

Propofol	ml	Am
Ranitidina		Amp
Quelicin		Amp
Quetamina	ml	
Remifentanyl		Fr
Ringer-lactado		Fr
S. Fisilog. 0.9%	ml	Fr
S. Glicosado 5%	ml	Fr
Scalp n°		Und
Tracur		Amp
Tilatil		Fr
Zepental		Fr

Anestesiista-CBA





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR
HOSPITAL DIR



BOLETIM DE CIRURGIA

DATA

HR

NUM

NR

2019-07-26

SALA

01

4053342

Descrição da Cirurgia:

Plac em 1º e 2º campos
aséptica / autossug / campo
incisão / disseção / redeção
fixação / sutura / curativo

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

28 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro-Norte CEP: 64.002-470
Teresina-PI

Luis Henrique Vasconcelos 10:10 PM
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI
RG: 105198133-2 Mat 14495-9

Cirurgia:

Cirurgião:

1º Auxiliar:

2º Auxiliar:

3º Auxiliar:

Instrumentador:

Circulante:

Jose Francisco Procedomio da Silva Jr
Gloria

Marcos
Técnico
CORE-PI 200





**POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 77725
PACIENTE: ADEILTON DE BRITO FURTADO
NOME DA MÃE: CECILIA SOARES DE BRITO FURTADO
DATA DO NASCIMENTO: 02/12/1990
MÉDICO SOLICITANTE: CRM
DATA DA REALIZAÇÃO: 17/11/2017
DATA DO LAUDO: 27/11/2017
CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO

RADIOGRAFIA DO OMBRO DIREITO EM DUAS INCIDÊNCIAS


Controle pós-operatório de osteossíntese na clavícula com placa e parafusos metálicos.

Aumento do volume e da densidade das partes moles adjacentes.

*Correlacionar com dados clínicos.



Luiz Henrique Vasconcelos - 217 TCA
Chefe do Arquivo Técnico do HPM
RG: 105198133-2 Mat. 14495-9


Nayra Virginia S. Costa
CRM-PI 3326

NAYRA VIRGINIA DE SOUSA COSTA
CRM: 3326

Av. Nilton Camelo, 1642 - Miraflores - Teresina-PI
CEP: 64014-220 - BNPJ 07447-159/0002-26

Telefone: (86) 3227-6265
Fax: (86) 3216-1520





POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE
"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

Nº ORDEM.....: 77390
NOME.....: ADEILTON DE BRITO FURTAO
MÉDICO SOLIC:
DATA LAUDO....: 19/11/2017
CONVÊNIO: INTERNO

DATA REALIZ: 14/11/2017
IDADE: 26 anos
CRM: -PI
CÓDIGO: 26934

RX CLAVICULA DIREITA

O estudo radiológico da clavícula direita realizado nas incidências em rotação interna e rotação externa demonstra:

- Presença de fratura desalinhada no terço médio da clavícula.
- Aparelho gessado.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

Fratura na clavícula direita.



IVAN FONTENELE GOMES

IVAN FONTENELE GOMES
CRM-2426-PI

Luis Henrique Vasconcelos
Chefe do Arquivo Técnico do HPM
RG: 105195133-2 Mat. 14495-9





**POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 74679
ATENDIMENTO: 501839
PACIENTE: ADEILTON DE BRITO FURTADO
DATA DO NASCIMENTO: 02/12/1990
CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO
MEDICO: LEANDRO PONCE LEAL
POSTO: POSTO I ENF: 114 LEITO: 01

DATA: 14/11/2017

SEXO: M
IDADE: 26a 11m 13d

HEMOGRAMA AUTOMATIZADO SDH-20 LAB

ERITROGRAMA:

Hemácias.....: 4,43 milhões/mm³
Hemoglobina.....: 12,10g/dl
Hematócrito.....: 36,1%

Valores de Referências

Homem	Mulher
4,5 - 6,5	3,9 - 5,8
13,5 - 18,0	11,5 - 16,4
40,0 - 54,0	36,0 - 47,0

LEUCOGRAMA:

Leucócitos.....: 7.000mil/mm³

Valores Referências

4.000 - 10.000

Bastões.....: 50
Segmentados.....: 2
Eosinófilos.....: 2
Basófilos.....: 47
Linfócitos.....: 1
Monócitos.....: 1
Metamielócitos.....: 1
Mielócitos.....: 1

3 - 5 %
50 - 66 %
2 - 4 %
0 - 1 %
20 - 30 %
4 - 8 %
0 - 0 %
0 - 0 %

JS: DISCRETA HIPOCROMIA

Plaquetas.....: 178.000mm³

100.000 mm³ a 400.000 mm³

OBS:

Método: Impedância/Difrações

Luís Henrique Vasconcelos da Silva
Chefe do Arquivo Técnico do HPM
RG: 105183133-2 Mat. 14495-9

FRANCISCO DAS CHAGAS MACÊDO
CAP. QOPM-FARMAC. BIOQUÍMICO
CRF-PI 245

RAULINO F. FERREIRA
BIOQUÍMICO
CRF-PI 292

HAROLDO LEAL SILVA
Farmacêutico-Bioquímico
CRF-PI 0985

Av. Helder Cunha, 1842 - Ilhéus - Teresina/PI
CEP: 64017-220 - Fone: (86) 3228-1260

Telefone: (86) 3228-1260
Fax: (86) 3218-1520





**POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 74679
ATENDIMENTO: 501839
PACIENTE: ADEILTON DE BRITO FURTADO
DATA DO NASCIMENTO: 02/12/1990
CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO
MEDICO: LEANDRO PONCE LEAL
POSTO: POSTO I ENF: 114 LEITO:

DATA: 14/11/2017

SEXO: M
IDADE: 26a 11m 13d

COAGULOGRAMA

Material: Sangue

Tempo de Sangria.....: 2,00 min.
Método: Duke Normal: 1,0 a 4,0 Minutos

Tempo de Coagulação.....: 10,00 min.
Método: Lee-Write Normal: Até 12 Minutos

Prova do Laço.....: **NEGATIVA**
Normal: Negativo

RETRAÇÃO DO COAGULO.....: **TOTAL**



Luís Henrique Vasconcelos
Chefe do Arquivo Técnico do HPM
RG: 105195133-2 Mat 14495-9

FRANCISCO DAS CHAGAS *Macedo*
CAP. QOPM-FARMAC. BIOQUIMICO
CRF-PI 245

RAULINO F. FERREIRA
BIOQUIMICO
CRF-PI 292

HAROLDO LEAL SILVA
Farmacêutico-Bioquímico
CRF-PI 0985

Av. Higino Cunha, 1642 - Ilhotas - Teresina/PI
CEP: 64014-220 - CNPJ: 07.444.169/0002-25

Telefone: (86) 3228-1260
Fax: (86) 3216-1520





**POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 74679

ATENDIMENTO: 501839

PACIENTE: ADEILTON DE BRITO FURTADO

DATA DO NASCIMENTO: 02/12/1990

CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO

MEDICO: LEANDRO PONCE LEAL

POSTO: POSTO I **ENF:** 114 **LEITO:**

DATA: 14/11/2017

SEXO: M

IDADE: 26a 11m 13d

CREATININA **0,8 mg/dl**

Material: Soro

Método: Enzimático

Valores de Referência:

De 0,4 a 1,4 mg/dl

UREIA **29 mg/dl**

Material: Soro

Método: Enzimático

Valor de Referência:

15 a 40 mg/dl

GLICOSE **71 mg/dl**

Material: Soro

Método: Enzimático

Valores de Referência:

70 a 99 mg/dl



Luis Henrique dos Santos
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI
RG: 105135133-2 Mat: 14495-9

FRANCISCO DAS CHAGAS NACEDO
CAP. QOPM-FARMAC. BIOQUÍMICO
CRF-PI 245

RAULINO F. FERREIRA
BIOQUÍMICO
CRF-PI 292

HAROLDO LEAL SILVA
Farmacêutico-Bioquímico
CRF-PI 0985

Av. Higienópolis, 1642 - Ilhéus - Teresina/PI
CEP: 64012-220 - CNPJ: 07.444.159/0002-25

Telefone: (86) 3228-1260
Fax: (86) 3216-1520





03/10/2018 07:16:57
Página...: 1/1

Nome: ADEILTON DE BRITO F JRTADO
Convênio: PARTICULAR
Solicitante: Dr. SEM SOLICITAÇÃO EXA
Código: 185222.01 RG 3174524 ssp-pi

Idade: 27 anos
Sexo: MASC
Data: 02/10/2018 07:12:00

RADIOGRAFIA DA CLAVÍCULA DIREITA

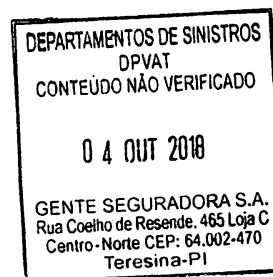
RELATÓRIO

O exame radiológico da clavícula direita, realizado em incidências ântero-posterior em rotação externa e interna demonstrou:

- Fratura consolidada na diáfise da clavícula, associada a placa e parafusos.
- Superfícies e espaços articulares íntegros.
- Partes moles sem alterações.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

Fratura consolidada na diáfise da clavícula, associada a placa e parafusos.



Dr. Joelson Oliveira Moreira
Médico Radiologista
RQE 2037
CRM-PI: 2353

Dr. JOELSON OLIVEIRA MOREIRA
CRM 2353



[illegible]

09:16:57

09:16:57



DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

04 OUT 2018

COMPANHIA S. A.

Rua Cosme de Faria, 100
Centro-Norte CEP: 64.002-470
Teresina-PI





Nome: ADELTON DE BRITO FURTADO - RG:

CLINICA BATISTA PEGGY PEMBLE - R. Gabriel Ferreira, 630/640 Têc. TR WELLINGTON

Código: 18522201

Nasc. 02/12/1990

Data: 01/10/2018

09.16.57

96.4 %

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
OPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

04 OUT 2018

teresina-PI



Rio de Janeiro, 30 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **ADEILTON DE BRITO FURTADO**

Nº Sinistro: **3180399437**

Vítima: **ADEILTON DE BRITO FURTADO**

Data do Acidente: **10/11/2017**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180399437**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13305849

Pag. 00173/00174 - carta_01 - INVALIDEZ

00020087



Rio de Janeiro, 03 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: **ADEILTON DE BRITO FURTADO**

Nº Sinistro: **3180399437**

Vítima: **ADEILTON DE BRITO FURTADO**

Data do Acidente: **10/11/2017**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador **KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA**

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180399437**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **10/11/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 0108101082 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 1332375

